

Nota de repúdio pela aprovação da Reforma do Ensino Médio na Câmara dos Deputados

O Sepe vem a público repudiar com veemência os retrocessos ocorridos na votação de 9 de julho, na Câmara dos Deputados, quanto à Reforma do Ensino Médio. Implementada no Governo Temer e aprofundada no Governo Bolsonaro, havia uma expectativa de que o Governo Lula correspondesse às expectativas dos trabalhadores em educação e dos estudantes e revogasse o NEM, como aprovado na CONAE de 2023. Em vez disso, porém, enviou um PL ao Congresso que tentava “despiorar” a reforma.

Desde o início dessa movimentação política, o Sepe alertou sobre o perigo da tentativa de realizar uma reforma da reforma. No estado do Rio de Janeiro assim como em todo o País o Novo Ensino Médio alimentou um abismo entre a educação pública e a privada.

Mas o que era ruim piorou com a escolha de Mendonça Filho para relatar do PL. O texto aprovado na Câmara, com o aval do MEC, retrocedeu em pontos nos quais o PL do governo apresentava algum avanço. E assim foi encaminhado ao Senado.

Destacamos três pontos graves. Na casa revisora, a formação geral básica saltou do total de 2.100 para 2.400 horas, enquanto os itinerários formativos ocupariam 600 horas a partir de 2025. Também foi aprovada a obrigatoriedade do ensino de Espanhol.

A respeito da EAD, o Senado alterou a resolução da Câmara e a permitiu apenas em “casos de excepcionalidade emergencial temporária reconhecida pelas autoridades competentes”.

Ontem, a Câmara, com o apoio do líder do governo, derrubou as alterações feitas no Senado, mostrando que o lobby que fundações privadas exercem sobre os parlamentares e sobre o MEC funciona.

Não foi o Senado quem perdeu. Não foi o governo quem saiu derrotado. A educação brasileira sai fragilizada da Câmara. Resta toda pressão sobre o Governo Lula a fim de que este projeto não seja sancionado.

**#REVOGA
NOVOENSINOMÉDIO**

**X EXCLUDENTE
X PRECÁRIO
X ALIENANTE**



O Sepe convoca os profissionais de educação à mobilização para que o presidente Lula vete o PL do “Mendoncinha”. O Sepe também apresenta uma solicitação à CNTE para que a entidade se posicione na mesma direção, de forma a conclamar uma mobilização de caráter nacional dos profissionais da educação contra a aprovação do PL aprovado no dia de ontem.

Além disso, mantemos nossa posição histórica pela revogação total do NEM. ■



SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO
Rua Evaristo da Veiga, 55, Centro,
Rio de Janeiro, RJ. CEP 20031-040
Recepção: (21) 2195-0450.
Departamento Jurídico: (21) 2195-0457/0458
(Agendar atendimento, 11h às 16h).

www.seperj.org.br

[instagram.com/sepe_rj](https://www.instagram.com/sepe_rj)

[facebook.com/Seperj](https://www.facebook.com/Seperj)

[youtube.com/SepeRJoficial](https://www.youtube.com/SepeRJoficial)

twitter.com/RjSepe



bit.ly/SejaSepe



INFORMATIVO DO SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

EDIÇÃO REDE ESTADUAL RJ

Nº 43 | Finalizada em: 18/07/2024



REDE ESTADUAL FAZ ASSEMBLEIA DIA 3 DE AGOSTO CONTRA O ARROCHO E PELO PISO NACIONAL

O Sepe convoca os professores e funcionários administrativos da rede estadual do Rio de Janeiro a participarem da assembleia geral no dia 3 de agosto (sábado), às 14h, em local a confirmar. A categoria está em campanha salarial e reivindica a reposição das perdas salariais. Estudo do Sepe-Dieese comprova o violento arrocho que os profissionais da educação das escolas estaduais vêm sofrendo: o reajuste necessário em 1º de junho para cobrir as perdas seria de 46,18% (INPC-IBGE). Ainda segundo o Dieese, os salários referentes a 31/05 de 2024 mantêm apenas 68,41% do poder aquisitivo de 1º de julho de 2014. Por isso, exigimos o pagamento do Piso do Magistério, respeitando o Plano de Carreira, e a recomposição imediata das perdas salariais – leia na página 3 a íntegra de nossas reivindicações.

O GOVERNO DO ESTADO NÃO SE IMPORTA COM A EDUCAÇÃO!

NOSSO SALÁRIO PAROU NO TEMPO!

2014
100%

EVOLUÇÃO SALÁRIO REAL REDE ESTADUAL RJ
(JUL/2014 - ABR/2024 - IPCA/IBGE - FONTE: DIEESE/DIEESE)

2024
69,72%

ASSEMBLEIA DA REDE ESTADUAL



SÁBADO, 03/08, 14H

(LOCAL A CONFIRMAR)



Calendário de lutas julho/agosto

- **31/07** - Reunião extraordinária da direção do sindicato sobre as redes
- **02/08** - Reunião do GT contra o NEM (09h)
- **03/08** - Conselho Deliberativo Rede Estadual (10h)
- **03/08** - Assembleia da Rede Estadual (local a confirmar), às 14h
- **06/08** - Coletivo Estadual de Aposentados/as (Híbrido), às 9h30
- **10/08** - Conselho Orçamentário do Sepe
- **17/08** - Coletivo de Funcionários estadual, às 9h, no Sepe
- **17/08** - Plenária do Coletivo Antirracista, às 14h, no Sepe

Castro ignora concurso público e anuncia contratação de mais de 4 mil professores temporários

O governador do Estado Claudio Castro publicou decreto dia 11 de julho autorizando a Seeduc contratar 4.293 professores temporários para a rede estadual. A contratação desses professores se dá a partir da aprovação pela Alerj da famigerada lei 10.363/2024, que permite à SEEDUC contratar até 15 mil professores por contrato temporário, o que corresponde a 30% dos efetivos que trabalham nas escolas atualmente. O Sepe já ajuizou ação direta de inconstitucionalidade contra a Lei 10.363.

Essa lei sucateia ainda mais as escolas e atinge em cheio a instituição do concurso público. Para o Sepe, cuja luta histórica em defesa do concurso público para contratação de profissionais data da fundação da entidade; o concurso é necessário não só pela estabilidade necessária à categoria, como pelos vínculos criados com a comunidade escolar ao longo do tempo de trabalho dos profissionais. Lembramos, também, que a contratação ameaça o próprio sistema de previdência dos servidores.

Chamamos, ainda, a atenção para a existência de um banco de concursados aprovados, que aguardam há anos a convocação da SEEDUC para trabalhar nas escolas e são postos de lado com essa contratação temporária massiva. O sistema de contratações temporárias não garante a permanência



do profissional na rede e os baixos salários e precárias condições de trabalho acabam facilitando a saída para outras redes ou mesmo para o exercício de outras atividades mais atrativas no mercado de trabalho.

Dessa forma, as contratações temporárias não resolvem o crônico problema da carência de profissionais nas escolas, além de, ao serem realizadas em ano eleitoral, apresentarem o perigo das indicações de cunho político-eleitoreiro. ■

MEC criou GT para debater diretrizes para o pessoal de Apoio Escolar na Educação Especial

O MEC publicou, dia 02 de julho, a Portaria nº 4 que prevê a instituição de Grupo de Trabalho (GT) com o objetivo de debater o estabelecimento de diretrizes nacionais para o Profissional de Apoio Escolar, suprimindo lacunas existentes na educação especial. A definição de orientações mínimas para redes e famílias tem o sentido de salvaguardar o direito garantido pela lei brasileira de inclusão. O GT terá caráter consultivo e de assessoramento, com a finalidade de subsidiar o MEC no processo de designar as diretrizes nacionais que serão utilizadas na atuação e na formação desses profissionais. O grupo terá 45 dias para a conclusão das atividades definidas por plano de trabalho e se reunirá, por videoconferência, semanalmente ou de forma extraordinária, mediante convocação do coordenador.

Seeduc fará GT para discutir situação da Animação Cultural



A direção do Sepe teve reunião (foto) com a Seeduc no dia 16/07, quando o governo informou que irá criar um Grupo de Trabalho para discutir a situação da animação cultural, buscando uma solução para a regularização daqueles servidores. O GT terá uma representação com quatro indicações do sindicato (dois animadores, um advogado e um diretor da entidade). O governo vai informar ao Tribunal de Justiça sobre a criação do GT e pedir para que se interrompa o processo judicial que pede a demissão dos animadores. Presentes na reunião, pelo governo, o chefe de Gabinete da secretária de Educação, Alvim Bellis, e Windson Maciel, subsecretário executivo da Educação.

Contra o arrocho salarial, vai ter luta!

O governo estadual vem aplicando um enorme arrocho salarial, com uma perda enorme do poder aquisitivo da categoria! Por isso, o Sepe convoca todos profissionais para a assembleia dia 3 de agosto (sábado), às 14h. Vamos deliberar a melhor forma de conquistar nossas reivindicações. Lutamos por:

- Pelo pagamento do Piso do Magistério, respeitando o Plano de Carreira;
- Recomposição das perdas salariais;
- Pagamento do Salário Mínimo Regional aos Funcionários e aprovação do PL que cria o Piso Nacional dos Funcionários e que está tramitando no Congresso Nacional;
- Revogação do NEM;
- Cumprimento do acordo do governo com a ALERJ, com o pagamento das duas parcelas de 6,5% de recomposição salarial (referentes ao período 2017-2021), que deveriam ter sido pagas em 2023 e 2024, totalizando 13%;
- Direito à ampla migração dos professores de 18h para 30h;
- Revogação da Lei 10.363, que libera a contratação de milhares de professores temporários;
- Convocação de todos os concursados aprovados e realização de novos concursos públicos, em todas as carreiras;
- Eleições democráticas para as direções de escolas;
- Fim das perseguições políticas e administrativas aos profissionais;
- Inclusão dos animadores culturais nos quadros da SEEDUC e migração dos funcionários ex-FAEP para FAETEC;
- Em defesa da aposentadoria: tirem as mãos do Rioprevidência.

Acesso aos boletos de junho e julho da Unimed

Com respeito aos problemas que os usuários estão enfrentando para a emissão dos boletos da Unimed, o Sepe informa: todos os profissionais usuários da Unimed FERJ devem buscar resolver o problema dos boletos direto com a operadora pelos canais competentes, abaixo discriminado. Mesmo aqueles que ligaram para o Sepe. Importante registrar que a parte relacionada ao financeiro do nosso contrato é de responsabilidade da Unimed FERJ. Logo, emitir boletos, garantir que a fatura chegue ao usuário e que este esteja apto a ser recebido pela rede bancária é uma dessas responsabilidades. Orientamos a todos os professores usuários da Unimed FERJ a buscar resolver o problema dos boletos direto com a operadora pelos canais competentes: Central 24 horas: (21) 3900-3400; para fora do Rio: 0800-970-9080.



Lançado relatório sobre a perseguição política contra os profissionais da Educação

No dia 5 de julho, foi lançado na Alerj o relatório do Grupo de Trabalho do Sepe sobre as perseguições políticas que os profissionais de educação estão sofrendo nas escolas públicas estaduais do Rio. A publicação foi feita em conjunto com o Observatório Nacional da Violência Contra os Educadores (ONVE) e teve apoio da Campanha Nacional pelo Direito à Educação e a Abecs. O relatório do GT contra as perseguições políticas, a profissionais que atuam nas escolas disponível neste post é um instrumento para alertar e orientar a categoria sobre os ataques da SEEDUC e SMEs contra a liberdade de cátedra e o direito à livre expressão da categoria no espaço escolar. ■